

O bonapartismo haitiano e a era Duvalier

Everaldo de Oliveira Andrade¹

O regime autoritário implantado por François Duvalier entre 1957, ano em que foi eleito presidente, e 1971 quando transmitiu o poder a seu filho Jean-Claude, foi construído a partir de uma rede densa de relações políticas, econômicas e sociais que enlaçou fios da complexa sociedade haitiana – com suas tensões raciais e de classes – e a conjuntura internacional que envolvia o reacender dos nacionalismos na América Latina, o processo ainda em curso da revolução cubana e as pressões sempre presentes dos Estados Unidos sobre o país.

Duvalier apresentara-se como o candidato presidencial dos supostos ideais negros que ele manipulava, desde sua participação no grupo Griots na década de 1930, com maestria maquiavélica. O povo haitiano parecia majoritariamente acreditar que François Duvalier possuía poderes mágicos para curar as pessoas e conversar com os espíritos. Porém, se ele não tinha esses supostos poderes, os tinha muito terrenos e sabia utilizá-los muito bem. Louis Dejoie fora um dos candidatos a presidente mais beneficiados do ardor nacionalista de setores da pequena burguesia mais próspera. Os outros dois candidatos eram Clemente Jumelle, que fora ministro das finanças do governo anterior e era apoiado por tecnocratas; e Daniel Figiolé, o mais importante dirigente do lumpem especialmente na periferia da capital. Duvalier foi eleito presidente do Haiti para um mandato de seis anos não renováveis em 22 de setembro de 1957 com duvidosos 679.884 votos. De acordo com documentos do governo dos EUA disponibilizados posteriormente, Duvalier teria recebido 212.409 votos e Déjoie recebera 975.687 votos (Bellegarde, 1990: 96-97). Um dos candidatos rivais às eleições de 1957, Louis Dejoie imediatamente desafiou a vitória de Duvalier, afirmando que não houvera uma vitória clara nas eleições. E se somou ao outro candidato Daniel Figiolé e seus partidários mais próximos das camadas populares para não reconhecer a vitória de Duvalier.

Quatro dias depois do desafio que contestava os resultados eleitorais, os apoiadores de Dejoie chamaram uma greve geral de protesto. Militantes ligados a Duvalier, porém, ajudaram a polícia a quebrar o movimento; usaram a força para constranger trabalhadores e

¹ Doutor, Universidade de São Paulo (USP), projeto de pesquisa “Diálogos com Mário Pedrosa e as tendências das sociedades e Estados Nacionais na economia contemporânea”, Departamento de História da FFLCH - Universidade de São Paulo (USP) - Av. Professor Lineu Prestes, 338 sala H1 -São Paulo-SP - Brasil – 05508-900, everaldoandrade@usp.br



abrir locais de trabalho que aderiam à greve. A polícia atacou os partidários dos candidatos derrotados, sinalizando desde então que um novo estilo de política havia começado a agir já antes do regime de Duvalier ter-se instalado. A lei marcial foi imposta ao país, e muitos supostos desordeiros, militantes opositores, foram nessa ocasião presos ou mortos. No dia 22 de outubro de 1957 o mandato de Duvalier começava (Abbott: 77).

A crônica crise política do país nos períodos precedentes, em particular após a insurreição de 1946, pode ser avaliada e relacionada mais profundamente com a exploração econômica sobre a massa dos camponeses como maioria nacional e que refletia a subjugação numa escala maior da própria nação aos interesses externos. Duvalier pode ter sido uma resposta a esta instabilidade e crise recorrentes: a criação a consolidação de um regime autoritário para equilibrar as pressões nacionalistas e aquelas externas. Mas a solução elaborada por Duvalier não foi forjada sozinha, o precedeu. A estagnação econômica da década de 1950, o caos ideológico que refletia tanto fragilidades da burguesia como dos agrupamentos populares, operários e socialistas, ao lado da propensão do exército em usar a força cega contra civis pacíficos, tudo ajudou a abrir as práticas autoritárias (Trouillot, 1990: 139).

Os Estados Unidos e o regime Duvalier

Se examinamos em maior profundidade a história do país podemos acompanhar um processo no qual o Haiti tornara-se progressivamente um estado policial militar, atrelado à política externa dos EUA para impedir o impulso revolucionário dos haitianos que emergira com força em 1946 após a longa ocupação militar estadunidense (1914-1934) e a guerra mundial. Seguiu-se uma década de instabilidades no país que era a expressão da fragilidade política e econômica, da submissão da classe dominante haitiana que renunciara a construir um projeto nacional que fosse alternativa à tutela dos EUA. Por outro lado, setores da pequena burguesia desenvolveram desde a década de 1920 movimentos culturais e políticos que buscavam dar voz a um nacionalismo, como o indigenismo e a negritude, mas que não alcançaram uma resposta política mais coesa e consistente. Isso ocorreu somente após a derrota da guerrilha nacionalista dos Cacos contra a invasão dos EUA e a morte de seu principal líder, Charlemagne Péralte, em 1919. A repressão sistemática mesmo após a saída dos marines em 1934 e através da Guarda Nacional depois transformada em Exército, buscou esmagar a consolidação de uma alternativa operária e camponesa.



Os EUA avaliaram sua relação com o mandato de François Duvalier em dois níveis: com os valores de um regime do 'Terceiro Mundo' e com os níveis de influência da URSS e a necessidade de contê-la. Duvalier sucessivamente manobrou internamente com todos os lados, praticando a arte de neutralizar ou atrair setores políticos e sociais em todos os domínios da sociedade haitiana. A resposta de Duvalier a partir de 1957 buscava manipular a instabilidade política com uma resposta retoricamente nacionalista e conservadora em nome da maioria negra contra a majoritária parcela mulata da burguesia. A administração de Lyndon Johnson nos EUA, depois o Vaticano e a França aprovaram a solução original do presidente haitiano, primeiro tacitamente, e então mais abertamente. O regime dos Duvaliers não poderia ignorar os interesses econômicos estrangeiros, embora François Duvalier não deixasse de manipular quando necessário uma retórica com tintas nacionalistas. O etnocentrismo negro e o racismo de Duvalier, forjados a partir de uma leitura conservadora de traços fascistas que o afastava do progressista movimento caribenho de valorização da negritude, se combinavam em certa medida com o imperialismo político e econômico, bem como com a memória de uma certa arrogância haitiana usada para justificar uma indiferença do Ocidente ao país (Trouillot, 1990: 162).

O apoio ostensivo dos EUA ao regime estava ligado à época à necessidade de combater a partir de uma base segura no Caribe a expansão da revolução cubana de 1959. Assim, providenciaram apoios financeiros a Duvalier no valor de US\$7 milhões entre fevereiro e setembro de 1959 e mais 11 milhões em 1960. Em 1961 chegou a 13,5 milhões cobrindo mais de 50% do orçamento nacional do país. Entre 1957 e 1986 a ajuda financeira dos EUA chegou a mais de 900 milhões de dólares. No entanto, o povo haitiano sofria crescentes taxações e impostos, além de toda sorte de esquemas e meios de desvios das finanças públicas, redução de empregos, taxas especiais. Em meados da década de 1960 mais de 65% do orçamento se destinava às forças de segurança (Bellegarde-Smith, 1990, p. 100). Com o apoio financeiro e político dos EUA sempre presente, Duvalier ajudou na guerra contra Cuba e na invasão da república Dominicana. Duvalier foi acusado pela administração Kennedy de ter se apropriado de fundos para ajuda assistencial e usado os marines não para treinar o exército, mas sua milícia política, os tontons-makoutes. A ajuda foi suspensa em 1962. Esse pequeno incidente foi logo superado e em dezembro de 1963 os EUA voltaram a fortalecer Duvalier como contraponto ao regime cubano vizinho (Haggerty, 1991: 234)ⁱ.

A relação com os EUA mesmo tendo sofrido tensões em alguns momentos, nunca deixou de ser extremamente próxima. Um dos exemplos dessa proximidade foi a constituição



de um corpo militar constituído pelos chamados “makoutes brancos”, setenta marines treinados para perseguir a oposição, supostos invasores ou exilados haitianos. Em maio de 1959 Duvalier recebera tratamento de saúde secretamente na base estadunidense de Guantánamo em Cuba. Em 1965 os votos do Haiti ajudaram os EUA na aprovação da invasão da república Dominicana (Bellegarde-Smith, 1990: 99). Apesar do discurso nacionalista e das dificuldades com a administração Kennedy, François Duvalier e seu governo deram sempre aos EUA um permanente sinal de submissão: apoio incondicional aos seus investidores. Entre 1957 e 1961 a empresa Reynolds Mining Company que explorava bauxita pagou apenas 7% de impostos locais para o estado haitiano, em contraste com o pagamento de 30% de várias plantações de café que os pequenos produtores haitianos pagavam. As exportações haitianas eram totalmente controlados por empresas dos EUA: sisal, açúcar da cana, cobre, bauxita. Apesar das discordâncias eventuais – necessárias para sustentar a ideologia e retórica nacionalista - Duvalier convencera os EUA de que seu regime era uma resposta adequada e uma garantia contra uma possível ascensão da esquerda no país.

Em 1962 Duvalier soube se utilizar da paranóia anticomunista dos EUA para seus próprios planos: ele convenceu Washington a financiar o aeroporto internacional François Duvalier em troca do voto do Haiti na OEA pela expulsão de Cuba. Nessa mesma época, o partido unificado dos comunistas haitianos (PUCH) deu a Duvalier a oportunidade de obter este apoio. O fim da década de 1960 começou uma infiltração clandestina no país por militantes em uma tentativa de guerrilha urbana que seria totalmente desmantelada em 1969. Duvalier teve sua chance de provar com sangue haitiano a sua reputação anticomunista. Além disso, entre 1967 e 1970 o governo eliminou fisicamente, pressionou ou forçou ao exílio centenas de intelectuais progressistas, escritores, professores, jornalistas, líderes sindicais e camponeses. A maioria dessas pessoas não tinha contato com o partido comunista ou qualquer outra organização política de esquerda. O partido comunista mesmo nunca representou uma séria ameaça política. Por outro lado, era um motivo que permitia justificar a existência de batalhões de elite do exército haitiano diretamente controlados por Duvalier e financiados e treinados pelos EUA, capazes de localizar e eliminar qualquer a ameaça de uma suposta infiltração comunista (Trouillot, 1990: 203). Duvalier usaria ainda o pretexto da existência de alguns comunistas armados para fechar o legislativo e votar uma monstruosidade legal: a “Lei anticomunista” de abril de 1969 segundo a qual qualquer tipo de crença ou posição de fé no comunismo, verbal ou escrita, pública ou privada, seria declarada um crime contra a segurança nacional que colocava seu agente fora-da-lei e passivo de pena de morte, a ser

julgado por uma corte militar (Trouillot, 1990: 204).

A construção da violência institucional

A instabilidade crônica, política, econômica e social que se seguiu ao pós-guerra em 1945 não permitiu sequer a vigência de um regime democrático no Haiti tal a fragilidade nesse período do estado sob direção da burguesia. É preciso considerar que Duvalier chegou ao poder não apenas através da fraude e apoio dos EUA, mas também com significativo apoio social interno. Muitos o viam como um homem do povo, um político da pequena burguesia que não se enriquecera enquanto fora ministro de estado do presidente Dumarsais Estimé. O regime posterior implantado por Duvalier transitou para uma ditadura de características autoritárias sem abrir mão de uma transição bonapartista.

Duvalier se associou inicialmente a um nacionalista radical, Lorimer Denis, que deu inicialmente ao regime um caráter nacionalista e conservador mais sólido, permitindo nos primeiros anos um ensaio bonapartista. Ao mesmo tempo, uma 'papadocracia'² se fortalecia na oposição que era alimentada entre negros e mulatos. Pode-se assim perceber que desta aproximação desde os anos 1930 com intelectuais mais radicais da negritude, sobretudo seus setores mais nacionalistas, favoreceu seu caminho para o poder autoritário (Scaramal, 2006: 72). No entanto, essa constatação está longe de explicar tudo. Para garantir a hegemonia entre a sempre refratária elite mulata, Duvalier utilizou-se da intimidação e da corrupção para criar sua própria elite, enriquecendo seus apoiadores próximos com vantagens e recursos provindos do Estado.

A vitória de Duvalier foi preparada pela ação do exército e pelo uso sistemático da violência contra as massas populares relativamente organizadas nesse período. A particularidade da violência de Duvalier precedeu a sua própria eleição: seus apoiadores civis usaram dela durante a campanha eleitoral em parte por conta da cumplicidade de oficiais do exército. O aparato paramilitar de Duvalier anterior a 1957, que depois deu origem aos milicianos tonton-makouts e outros, já atuava. A mais original característica dessa violência antes da ascensão ao poder foi a ampliação da sua ação social, que foi dirigida na capital do país contra a pequena burguesia, mas incluía também camponeses e provavelmente uma ampla margem de lúmpens que se organizam em torno de Figiolé. A maioria dos apoiadores de Duvalier eram recrutados entre parasitas sociais das novas áreas urbanas, também artesãos

2 François Duvalier era chamado popularmente de Papa Doc em referência às suas atividades anteriores como médico em consultórios populares, imagem que ele usou demagogicamente na sua futura carreira política.



e pequenos proprietários, profissionais liberais, e que formavam o alto comando. O duvalierismo envolvia mais que o uso explícito da força, incluía uma estratégia de distribuição econômica que permitia recrutar a baixo preço indivíduos para executá-la. A compreensão dessa estratégia permite entender a extensão sócio-econômica e a situação geográfica desses parasitas urbanos em torno do seu futuro regime (Trouillot, 1990: 153).

Somente um remodelamento institucional de longo alcance do Estado poderia garantir para Duvalier o poder efetivo no quadro de permanente instabilidade vivido pelo país até pelo menos 1957. Ele optou inicialmente por uma solução que afastasse ambos os extremos, direita e esquerda como oponentes do espectro político. Era o início da longa diáspora haitiana à França, aos EUA, ao Canadá, alcançando mesmo os líderes políticos ligados ao Vaticano, todos. Os partidos de oposição foram brutalmente perseguidos, obrigando cerca de doze partidos opositores a atuarem no exílio. Leslie Manigat atuou desde Caracas. O partido unificado comunista haitiano (PUCH) baseou-se na França, o partido nacional progressista revolucionário haitiano (Panpra), liderado por Serge Gilles, estabeleceu-se na França; o partido democrático revolucionário haitiano (Modelh) ficou na República Dominicana, depois conhecido como Movimento Democrático pela Libertação do Haiti e liderado por François Latortue (Haggerty, 1991: 343).

Na medida em que o regime se consolidava, ele paralelamente abria mão de qualquer compromisso nacional estável relacionado a um cada vez mais improvável fortalecimento democrático do Estado e da soberania econômica do país. O desenvolvimento de grupos sociais parasitários em torno do novo poder e o declínio da produtividade agrícola, por exemplo, estão relacionados a esse processo. O imposto sobre o café, a principal fonte de renda do governo, cresceu neste período de 16% em 1953 para 27% em 1956-57 e 37% em 1969. Mas Duvalier desvinculou-se de todos os seus antecessores pela maneira como ele desenvolveu a distribuição desses recursos. A redistribuição afetou diretamente um amplo núcleo de parasitas sociais do Estado. Os ganhos individuais aqui foram menores, e como resultado, os líderes governistas puderam comprar um amplo número de simpatizantes com menos dinheiro. Depois de 1957 a distribuição das receitas do estado no governo Duvalier afetava mais pessoas do que antes. A patronagem política, a participação em projetos governamentais e forças militares e paramilitares eram sinais de aliança política com o regime e de consequências políticas e econômicas para os indivíduos com esses vínculos. A compensação monetária não estava ligada necessariamente às origens sociais do indivíduo, dando a impressão de que se tornava mais acessível. Quando os recursos do estado eram



insuficientes, os chefes locais do regime podiam extrair mais com taxas extras e com isso, submetendo centenas de artesãos, de pequenos proprietários, de camponeses, tornavam-se senhores incontestáveis de suas vilas regiões. Era da fidelidade individual desses homens e mulheres que se extraíam os futuros milicianos paramilitares do regime. Isso permitia promover a contínua aliança desses centros de poder político para a manutenção do poder local. Para a maioria, no entanto, a ascensão social e política não era mais que uma possibilidade.

Duvalier teve de fato a habilidade de substituir com pleno apoio dos EUA a força armada que o sustentaria nos anos seguintes. A relativa autonomia do exército como corpo militar estranho ao estado nacional, criado após a invasão dos EUA em 1915 era, contraditoriamente, um obstáculo à consolidação do regime de Duvalier. No exército ele decapitou os líderes e também fechou a Academia Militar para bloquear uma renovação institucional da hierarquia, mas compensou isto promovendo soldados para níveis superiores. Em dezembro de 1958 todo o comando do exército foi substituído por jovens e leais oficiais treinados pelos marines dos Estados Unidos. A remodelação do exército se deu promovendo um novo grupo de oficiais provindos da baixa pequena burguesia, de famílias de profissionais negros, de mulatos de pequenas vilas e cidades com pouca influência social, o que desferiu um golpe nos tradicionais aliados dos seus adversários. O exército do Haiti nunca tinha sido palco de tão rápidas promoções quanto período do início do governo Duvalier. Essas promoções nunca preencheram o vácuo criado no topo, mas fizeram momentaneamente o suficiente no potencial de pretendentes e enfraqueceram os antigos dirigentes (Trouillot, 1990: 157). Por isso, foi criada uma guarda presidencial para garantir a independência militar e a segurança, que com o tempo se transformou em uma força de elite dentro do exército, o corpo dos Leopardos, criado em 1970 e voltada exclusivamente para a manutenção de Duvalier no poder e desencorajar possíveis golpes de estado.

Muito da eficácia da repressão interna deveu-se a modernização e tecnologias introduzidas pelos EUA durante a sua ocupação militar (1915-1934), a centralização do poder na capital em desfavor do interior. Duas dessas formas de pacificação do interior foram as estradas que facilitaram os deslocamentos dos marines e a modernização do exército. Até então a única instituição com alcance nacional era a igreja católica, sob controle estrangeiro, frente a descentralizada religião nacional Vodou (Bellegarde-Smith, 1990: 98). Duvalier neutralizou as forças armadas com uma milícia própria. E com o tempo o terror tornou-se permanente no cotidiano da população, um corpo armado para reprimir a todos. Havia um



precedente histórico no Haiti. O presidente Faustin Soulouque (1847-59) criara os *zinglins* em sua época. Durante sua campanha presidencial Duvalier já criara uma guarda armada privada e paramilitar, os *cagoullards* (homens encapuzados). Também Duvalier foi hábil em incorporar e recrutar os primeiros Totons Makoutes nos segmentos da população rural que antes tinham fornecidos os guerrilheiros das rebeliões dos Piquets no século XIX e dos guerrilheiros Cacos contra a ocupação dos EUA em 1915. Ele visava com isso cooptar setores e grupos excluídos para um sistema político mais sólido e concentrado. Os Tontons eram voluntários sem salários mas que buscaram através da participação vantagens pessoais através também da corrupção (Haggerty, 1991: 338). Enquanto a guarda presidencial zelava pela segurança da capital, os Tontons expandiam sua autoridade pelo interior do país. Em 1961, apenas dois anos depois de serem criados, a milícia dos tontons tinham efetivos duas vezes maiores que o exército. Nunca foram uma verdadeira milícia, mas também não eram uma simples polícia secreta. Era provavelmente uma milícia de tipo fascista que se complementava com a outra milícia popular desarmada.

Os Tontons permitiram expandir a influência de Duvalier como uma espécie de sistema de patronagem. Mesmo após sua extinção como grupo armado, as antigas redes de relações construídas mantiveram-se como ativos instrumentos de controle e intimidação política nos rincões do país. Com os Tontons foi que Duvalier conseguiu atingir e atrair, controlando, o campo para o seu poder político. Mas esse controle não abriu nenhuma possibilidade de autonomia ou expressão democrática às massas camponesas do país, pelo contrário. Contraditoriamente, criara-se a consciência da existência de um sistema político nacional centralizado autoritariamente e de novas aspirações políticas, mas ao lado da destruição de qualquer institucionalização da vida política local (Haggerty, 1991: 342). Os Tontons mantiveram-se ainda depois do fim da ditadura como um dos mais poderosos obstáculos à construção de instrumentos de democracia e organização popular.

Contrariamente ao que se poderia pensar, para além de importantes para o controle político em si, a existência dos tontons tinha um alcance ainda maior como sistema de controle social. O alto número de seus potenciais membros, no segundo nível abaixo, reduzia os custos econômicos e políticos de adesão e criava uma feroz competição social, neutralizando ou dispersando o potencial das massas de se oporem ao regime. Era o velho método de dividir para reinar ou a autoneutralização como tática, que consistia em aumentar os grupos de acesso às fontes políticas e econômicas do regime para cooptá-los. Dessa forma o número de indivíduos almejando novos privilégios tornava-se bastante para bloquear



eficazmente a emergência de uma oposição de massas (Trouillot, 1990: 154-156). O regime de Duvalier subsidiava um número extraordinário de partidários, mas esse custo caía a cada eliminação de milhares de profissionais, burocratas, oficiais do exército, além dos expedientes da prisão, tortura e emigração forçada, o que sempre permitia reduzir o número de pretendentes à liderança política. Em um primeiro momento esse sistema político poderia ser visto como um regime de fragmentação e debilitamento do estado nacional, mas se localmente fragmentava as possibilidades de dinâmicas populares autonomistas, ajudava a concentrar o poder acima das classes e diretamente na cúpula do estado, particularmente em Duvalier.

Em 1962 foi dado um passo a mais na consolidação do regime com a fundação de uma instituição paralela, uma milícia civil chamada de corpos de Voluntários da Segurança Nacional ou VSN. Nem todos os antigos membros dos tontons tornaram-se integrantes dos VSNs, muitos recusaram-se a vestir os uniformes da nova milícia porque era uma organização recrutada entre membros das camadas populares. O mais importante era que nem todos os membros da nova milícia tinham sido Tontons. De fato, havia uma distinção entre os membros da polícia secreta Tonton e os milicianos membros da nova milícia civil. Os tontons expressavam uma participação ativa no regime na repressão. Enquanto os membros da pequena burguesia na polícia secreta prendiam e torturavam os oponentes do regime, os camponeses que eram membros da milícia VSN marchavam ao som de músicas militares nas ruas da capital intimidando com sua presença a burguesia e a pequena burguesia. Até a década de 1970 a maior parte dos milicianos tinha uniforme mas eram desarmados. Com uniforme azul escuro, evocavam o tradicional costume local do deus vodu Zaka, um deus dos camponeses e da agricultura.

Essas ações criadas pelo regime o ajudava de muitas maneiras. Em primeiro lugar reforçava a coerção não somente nas cidades, mas também nos campos. Entretanto, mesmo se um membro da milícia não usava a força física contra a comunidade, sua presença sugeria a presença do estado armado. A existência de muitos milicianos também sugeria que o governo possuía um grande consenso, o que de fato não existia. A milícia civil era de fato mais um instrumento de organização através do qual o regime buscava apoio prático e verbal no interior da sociedade civil. Tornou-se um sistema eficiente de controle nacional em um país carente de instituições enraizadas em todas as regiões. Não existia, por exemplo, um sistema nacional de educação. Mesmo a prática religiosa do vodu não possuía uma hierarquia nacional. Dessa maneira a milícia civil tornou-se para muitos uma organização com presença



nacional que permitia a Duvalier estar presente em todas as regiões, que era reconhecida em todo país independente da localização, classe, idade ou gênero. Até mulheres podiam participar, o que a tornava uma organização de cooptação nacional, que favorecia uma ascensão econômica ou social ainda que modesta (Trouillot, 1990: 191).

A tradição liberal convenientemente ignora o monopólio de Estado da violência; nessa tradição o consenso aparece somente como uma aceitação verbal e não com uma definição que pode pressupor o uso da força. Mas do ponto de vista dialético, coerção e o consenso podem ser vistos de maneira inseparável e parte de um contínuo inerente à fabricação política do poder. E nessa perspectiva, o consenso não pode ser visto como totalmente passivo de aceitação. Consentir não significa aceitar, o consenso pode estar aqui associado ao conceito de hegemonia de Antônio Gramsci, que se refere à obtenção de legitimidade política no nível da estrutura. No Haiti o consenso político nunca abrangeu o conjunto da sociedade, seja pelo antigo isolamento dos camponeses, seja pela inabilidade da burguesia mercantil em tornar-se hegemônica (Trouillot, 1990: 187-138). O poder precisava ser mantido para além da violência cotidiana, e para isso era necessário gerar o consentimento. O regime de Duvalier o buscou através de várias estratégias: a ampliação do discurso da negritude no interior de um quadro nacionalista e de identificação do estado com a nação; com a estratégia inicialmente dirigida às classes populares através da expansão do papel do estado com mecanismos de redistribuição de renda e uso da milícia se civil como organização de consenso (Trouillot, 1990: 188).

Duvalier adaptou seu poder para a crise e instabilidade permanentes do país. Nas suas palavras: “*formalizou-se a crise*” (Trouillot, 1990: 157), que expressou-se com o ataque sistemático às instituições nacionais com certa autonomia e em declínio, e que já tinham sido enfraquecidas desde a ocupação dos EUA entre 1915 e 1934. O regime não satisfeito em silenciar a imprensa independente criou sua própria mídia com programas de rádio propagando as virtudes do grande líder. Durante o seu governo o controle dos meios de comunicação foi central para a manutenção do regime. Na década de 1960 os jornais tinham uma circulação de pouco mais de 5.000 exemplares em um país com apenas 10% de alfabetização. Eram jornais que influenciavam a elite e sem quase nenhuma participação popular. Mas em poucos meses de governo Duvalier inviabilizou os quatro principais jornais do país (Oiti-mirim, *Le Matin*, *Le Patriote* e *Indépendance*), que foram calados com ataques a seus escritórios. O último a ser fechado foi o jornal conservador e católico *La Phalange* em



1961. As rádios não tiveram destino melhor e o *Rádio Havana* de Cuba e a *Voz da América* dos EUA tornaram-se referência, além do jornal *Haiti-Observateur* de Nova Iorque (Bellegarde-Smith, 1990: 101-102).

Todas as instituições civis incluindo os aparatos ideológicos (igrejas, escolas, universidades, mídias, as associações profissionais, os clubes esportivos, de todos tipos de cores sociais e raciais), foram todos fechados ou reduzidos à impotência. As universidades também foram afetadas e o sistema universitário foi submetido em 1960 sob o guarda-chuva da "universidade do estado do Haiti". Em 1963 agiu contra os sindicatos, as últimas instituições a serem alcançadas por Duvalier. Muitos jornalistas foram presos ou torturados, se impondo o pensamento único na imprensa de 1960 até o final do regime. Os efeitos da ditadura Duvalier foram brutais para a sociedade e história do país. Calcula-se entre 20 e 50 mil pessoas assassinadas pelo governo em razão de perseguições políticas. Muitos emigraram para nunca mais voltar, sendo que mais de um quinto da população foi exilada econômica ou politicamente, e segundo algumas estimativas pelo menos de 80% dos profissionais qualificados deixaram o país até meados da década de 1960 (Bellegarde-Smith, 1990: 97).

Também a igreja católica foi atacada com sucessivas ações e a expulsão de três bispos, o que criou um vácuo no topo da igreja. A expulsão dos jesuítas em 1964 e da Ordem do Pai de Espírito Santo cinco anos depois, eliminou duas ordens religiosas já isoladas nos anos 1959-61. Duvalier atacou e perseguiu a igreja católica acusando o ultraconservador arcebispo Breton de promover agitação comunista! A igreja católica sempre jogou papel político importante como bastião autônomo das forças conservadoras do país. Declarada religião oficial desde 1860, foi sempre uma arma nas mãos da elite mulata que queria ocidentalizar o país, sendo instrumento de perseguição à cultura popular e à religião vodu. O arcebispo, dois bispos e vários padres foram expulsos e os jesuítas deportados em 1964. Duvalier e seu gabinete foram excomungados, mas em 1966 um acordo foi feito com o papa de então. A ditadura recebeu dinheiro do Vaticano para "italianizar" a igreja católica e ele próprio se tornaria um "líder espiritual" dos católicos. A igreja católica foi incorporada ao regime. A prática política da autoneutralização implicava que o executivo bloqueasse os mecanismos internos de reprodução autônoma das instituições como, por exemplo, o fechamento do grande seminário que provia o treinamento de novos padres católicos. Isso permitiu a Duvalier nomear depois padres haitianos da pequena burguesia para postos ministeriais. Mais tarde, em 1966, ele fez o Vaticano "nacionalizar" o clero, com a nomeação de cinco bispos haitianos. Desde sempre foram aliados, antes defendendo os interesses da



França contra o Haiti, apoiando os EUA durante a ocupação em nome da “missão civilizatória” (Bellegarde-Smith, 1990: 103). As missões protestantes providas dos EUA também foram incentivadas e elas buscavam criar laços e dependência com a cultura estadunidense.

Em relação ao vodou François Duvalier percebeu seu lugar central na vida do povo haitiano e estudara suas práticas ainda antes de 1957. Ele relacionou-se e incorporou uma rede de relações com os sacerdotes vodus ou *houghitas* no apoio ao seu regime. Ao reconhecer publicamente o vodou e seus praticantes, ganhou amplas simpatias populares. Além disso, era visto popularmente como um líder que controlava forças mágicas e de fato serviu como uma forma peculiar de ganhar legitimidade para seus atosⁱⁱ. O vodou surgira no passado como religião dos escravos africanos de múltiplas tribos. Em 1847 o presidente Soulouque favorecera o vodou para conseguir o apoio dos *houghitas*. Trata-se de uma religião que conserva traços culturais africanos originários da região do Daomé. É basicamente uma religião de culto aos espíritos ou divindades chamados de *loas*. Cada *loa* tem a sua moradia particular no mar, em um rio, em uma montanha, pode ajudar os seus seguidores fiéis com o vigor das ações ou som dos tambores sagrados. Os *loas* seriam protetores dos seus servidores e quem os ajuda. Comunicam-se com seus seguidores por meio de *trances* e com formas humanas. As cerimônias do vodou são executadas em locais abertos ao público (Grondin, 1985: 79-80). A clandestinidade a que foi obrigado o vodou desde a colônia deu-lhe um caráter secreto e misterioso que favoreceu interpretações excêntricas e absurdas. O poder político dado pelo vodou aos seus sacerdotes acarretou as perseguições dos primeiros chefes haitianos no século XIX e a movimentos de recuperação com fins políticos conservadores, como agora fazia Duvalier.

Para solidificar ainda mais seu poder ele produziu uma nova constituição, aboliu o senado e por decreto abriu eleições presidenciais e legislativas. Apesar de proibido de se candidatar, foi eleito por 1.320.748 votos a zero! Em 1964 com todas as instituições submetidas à centralização do executivo, Duvalier se declarou presidente vitalício. Com isso, o executivo se tornou o próprio Estado. O bonapartismo tornou-se desnecessário com o quase completo aniquilamento da capacidade de ação independente das massas trabalhadoras. O enriquecimento dos governadores tornou-se o maior princípio da atividade governamental. O Haiti sempre teve um estado violento contra seu povo, com Duvalier a legitimidade diária da violência tornou-se um princípio de governo nas relações entre estado e nação. Em resumo, a



série de medidas atribuídas a Duvalier, eram de fato objetivos deliberadamente integrados à economia, à sociedade e à política como contradições inerentes à estrutura do país. O executivo absorveu o Estado inteiro e esse absorvia a nação (Trouillot, 1990: 161). Para Gérard Pierre-Charles “*o fenômeno Duvalier teria nascido 'da crise de hegemonia dos grupos tradicionais de poder, somado aos conflitos sócio-econômicos e políticos que vinham amadurecendo durante os anos de ocupação norte-americana'*” (Scaramal, 2006: 76). Jean François Duvalier não era apenas mais um político pragmático e autoritário. Foi um estudioso da vida e da história do seu país e não agia de forma voluntariosa. Criou um tipo de regime paternalista e autoritário moldado pelas características e história nacional, voltado para a concentração de poder político e econômico da burguesia saqueadora.

A concentração de poderes não deveria, no entanto, ser vista como algo patológico à vida política haitiana, embora tenha sido uma característica da história política do país a dificuldade da participação e organização democrática das massas populares. Seria muito simples atribuir o autoritarismo presidencialista a uma espécie de obsessão política nacional (Haggerty, 1991: 339)ⁱⁱⁱ. Por outro lado, isto permitia construir um governo sem aparentemente poucos compromissos explícitos com uma plataforma de ação. A personalização do poder e as relações pouco nítidas e diferenciadas entre governo e estado também tornaram-se uma característica cada vez mais presente. Como dizia Duvalier: “*Eu sou a bandeira haitiana. Quem é meu inimigo é inimigo da pátria.*” (Haggerty, 1991: 340). Esse tipo de estado estruturado a partir do autoritarismo personalista exigiu a desmobilização política das massas. O bonapartismo serviu a esse propósito. O seu complemento foi a construção de um aparato de repressão enraizado socialmente para desmobilizar os setores organizados.

O tema da unidade nacional e do papel do estado enfatizado por Duvalier desde início do seu governo e era uma das bases do bonapartismo. A sua concepção de unidade nacional, no entanto, era vaga. Para a direita política a questão nacional era argumento para qualquer aliança que pudesse bloquear forças de esquerda. Para o movimento da negritude o nacional significava genericamente uma maior democratização e balanceamento entre negros e mulatos dentro do aparato do estado, um equilíbrio. Para os nacionalistas culturais Duvalier prometera a regeneração da nação. Na prática a nação tornara-se o Estado e esse era agora o próprio Duvalier. Ele buscou cada vez mais identificar o Estado com a nação e ele com a nação. Isso aparecia nos slogans “*desejar destruir Duvalier é desejar destruir o Haiti*”; em propagandas

com técnicas e reminiscências da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler apresentavam Duvalier como a encarnação dos fundadores da nação, senão com o próprio deus (Trouillot, 1990: 196). Mas Duvalier no poder nunca se tornou um consenso e nunca se tornou hegemônico.

Muitos segmentos da elite haitiana, incluindo muitos políticos da direita, buscaram posteriormente reduzir o regime Duvalier a um fenômeno acidental, que poderia ser explicado em termos de características individuais do Duvalier pai ou o filho^{iv}. Mas o regime foi mais complexo. O aspecto simbólico do regime Duvalier permite perceber efetivamente como ele manipulou o discurso da negritude para assegurar um mínimo de consentimento de parte dos diversos segmentos da população. Isto permitiu estabelecer uma base ideológica dupla: a consciência racial como base de coesão nacional e da pequena burguesia negra como suposta representante natural das massas. A negritude, de fato, era uma máscara usada pelo regime para os objetivos políticos de uma fração da pequena burguesia. A propaganda transformou a negritude e seu líder em um messias multicolorido. No entanto, consolidado o regime, Duvalier não hesitou em se dissociar da negritude quando foi necessário (Trouillot, 1990: 192).

A historiografia em geral privilegia como explicação para a ascensão de Duvalier suas relações estreitas com a política externa dos EUA, o que é correto. Porém, deve-se considerar que o período pós Segunda Guerra abriu um espaço, ainda que limitado, para governos nacionalistas na América Latina. E Duvalier o explorou desenvolvendo um discurso inicialmente nacionalista que incorporou o tema da negritude com objetivos conservadores (Scaramal, 2006: 74).^v A resposta autoritária se combinou com estratégias que podem ser divididas em dois grupos: a criação e atenção a uma crescente base social de consenso por meio da repressão, cooptação e propaganda, e uma aliança estratégica da burguesia local com o imperialismo dos EUA. No princípio um regime bonapartista que buscou se apoiar em um discurso nacionalista e de defesa da negritude. E na medida em que esmagava, com apoio do imperialismo, toda oposição interna, pode assim oscilar para uma ditadura abertamente autoritária.

i

Há uma tentativa desse autor em destacar um suposto distanciamento dos EUA em relação a Duvalier para tentar preservar a figura de Kennedy.

ii Estudos demonstram que havia uma operacionalidade própria e lógica dos vodúístas, destacada no livro de Wade Davis 'A serpente e o arco-íris' de 1986: "*Essas relações de poder estavam encobertas em uma teia de códigos e significados desconsiderados por economistas e analistas*

políticos que tentaram, com base na racionalidade ocidental, explicar o caos e horror que estava submersa a administração do Haiti...” (Ver: Scaramal, 2006, p. 79). Assim, “*a administração pública oficial, para chegar a população, deveria estar apoiada nas redes tradicionais de controle social criadas pelo próprio campesinato*”. Estas redes comunitárias descritas foram comumente associadas pela historiografia como seitas secretas do vodu (Scaramal, 2006, p. 82 e Nicholls, Nicholsônia, 1996, p. 221-223).

- iii Posição defendida com ênfase por esta publicação oficial dos EUA para desresponsabilizá-lo a respeito de suas profundas responsabilidades sobre o destino do pequeno país caribenho.
- iv Jean-claude Duvalier (o Baby Doc) assumiu o poder em 1971 após a morte do pai e governou o país até 1986.
- v Nessa medida, deve-se então valorizar os estudos etnográficos sobre o assunto. A corrente antropológica de Laennec Hurbon, por exemplo, considera que Duvalier reforçou temas que mistificam o povo haitiano.

Bibliografia:

Aboth, Elizabeth. Haiti – an insider's history of the rise and fall of the Duvaliers, New York: Touchstone book, 1988.

Bellegarde-Smith, Patrick. Haiti, the breached citadel, San Francisco e London: Westview press, 1990.

Benoit, Joachim. Les racines du sous-developpement en Haiti, s/l, Prix Deschamps, 1979.

Castor, S. La ocupación norte-americana de Haiti y sus consecuencias (1915-1934). Mexico: Siglo XXI, 1971.

Césaire, Aimé. Discurso sobre o colonialismo, Curitiba: Letras contemporâneas, 2010.

Corvington, Georges. Port-au-Prince au Cours des Ans: la Capitale d'Haiti sous l'Occupation 1915-1922. Port-au-Prince: Henri Deschamps, 1984.

Coggiola, O. Haiti: terremoto, colonização e resistência, in: Revista PUC Viva, jan-abril 2010, ano 11, n° 37, pp. 30-37.

Gaillard, Roger. Charlemagne Péralt, le Caco, Port-au-Prince: Le Natal, 1982.

James, C. L. R. Os jacobinos negros, São Paulo: Boitempo, 2000.

Nicholls, David, From Dessalines to Duvalier: race, colour, and national independence in Haiti, New Jersey: Rutgers university press, 1996.

Nicholls, David. Economic dependence and political autonomy: the haitian experience, Montreal, 1974.

Pedrosa, Mário. A opção imperialista, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1966.

Pierre-Charles, Gérard. Haiti, a crise ininterrupta, 1930-1975, Brasília: ed. UnB, 1990.

_____. Radiografia de una dictadura, Mexico, 1969. Montreal: Nouvelle Optique, 1973.

Wansetto, Rosilene (org.). Haiti: soberania e dignidade, Missão Internacional de Investigação e solidariedade com o Haiti, São Paulo: ed. Expressão Popular, 2007.

Renda, M. Taking Haiti: military-occupation and the culture of US imperialism 1915-1940. Chapel Hill: The university of north Carolina Press, 2001.

Rouquié, Alain. O estado militar na América Latina, São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

Scaramal, Eliesse dos Santos Teixeira. Haiti – fenomenologia de uma barbárie, Goiânia: Cãnone editorial, 2006.

Schimidt, Hans. The United States occupation of Haiti, 1915-1934, New Brunowick: Rutgers univ. press, 1971

Schultz, Lars. Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina, Bauru: Edusc, 1998.

Trouillot, Michel-Rolph. Haiti, state against nation – the origins and legacy of duvalierism, New York: Monthly review press, 1990.